

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Journal do Brasil Class.: Min. da Amazônia

Data 25/08/93 Pg.: 10 - Editorial

10

Arte da Omissão

A criação de um ministério extraordinário para a Articulação de Ações na Amazônia Legal não é uma solução, é uma sigla. É tradicional em nossa administração pública: diante de um problema, nomeia-se uma comissão ou se cria um ministério. Em vez de soluções pragmáticas, preferimos estruturas complexas. A idéia é ruminar, fazer render, adiar, diluir tudo na burocracia dos conselhos e dos grupos de trabalho. Pergunta-se: por que fazer um ministério antes de formular com clareza e transparência um projeto estratégico para a região?

A nota oficial do governo é prolixa quanto à operação e lacônica quanto aos objetivos. Ela menciona a designação de um ministro, o apoio logístico de outros ministros, as verbas suplementares para equipamentos (de que tipo?) e a urgência na instalação de radares. Com que finalidade? Por que o silêncio e a indefinição quanto as grandes linhas políticas, geopolíticas, socioeconômicas, antropológicas e ecológicas da questão?

O primeiro receio é que se vai criar um ministério para não fazer nada. O segundo é que haja uma recaída no velho Projeto Calha Norte. Evidentemente, os militares têm um importante papel a desempenhar na Amazônia. São parte da solução de um problema que está longe de ser exclusivamente militar. Resta saber se, além da disposição e das boas intenções, eles têm uma visão adequada da complexidade da questão.

Uma reformulação em profundidade da questão amazônica faz parte de uma revisão mais ampla sobre conceitos essencialmente políticos: o papel do Estado, a definição de soberania, a instrumentação da questão ambiental, a redefinição das Forças Armadas, a formulação de uma estratégia de efetivo controle sobre a biodiversidade da floresta tropical.

Convém perguntar se a tentação de militarizar

a Amazônia, numa concepção ainda colonial de conquista e colonização paternalista, não está intimamente ligada ao sonho de um Brasil sombriamente isolado, xenófobo e economicamente autárquico? Outra boa pergunta: terá sentido equipar tropas sem definir com antecedência o tipo de atuação dessas tropas e a finalidade exata de sua presença? Afinal, o Comandante-Chefe das Forças Armadas é o presidente da República, cabendo a ele dar as respostas a essas questões.

Atitudes hesitantes e defensivas, como a de impedir o acesso de diplomatas e jornalistas internacionais à região, mesmo depois do assentimento da Funai, toldam a transparência na condução das investigações e sugerem desconforto em relação à opinião pública mundial. É preciso dizer que a xenofobia é sintoma seguro de medo e má consciência. Ainda bem que para ocupar o ministério foi escolhido o embaixador Rubens Ricúpero. Ricúpero é uma garantia de racionalidade no trato de uma questão que ainda não foi equacionada objetivamente. O embaixador, que está deixando Washington, é o grande artífice do Pacto Amazônico, que retirou o emocionalismo da visão da Amazônia para tratá-la com objetividade.

O Brasil, muito pelo contrário, precisa aproveitar essa tragédia para tomar a iniciativa na definição de uma estratégia global para a Amazônia. Só os ingênuos podem imaginar que esta gigantesca região de 6,4 milhões de quilômetros quadrados, escassamente povoada, contendo a metade da riqueza biológica mundial e de 15% a 20% da água doce do planeta não venha a despertar cobiças.

Mas a melhor forma de lidar com isso não será o culto da inviolabilidade, e sim a exploração racional e sustentável dessa enorme riqueza. Não é racional barrar o acesso de diplomatas às reservas e ao mesmo tempo nada fazer para impedir o acesso de garimpeiros.